



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**Parecer nº 448/2023 – G3P**

Brasília/DF, 15 de maio de 2023.

**Processo nº** 16357/2015

**Jurisdicionada:** Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP e Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

**Assunto:** Representação

**Ementa:**

1. Representação 13/15-DA, noticiando que imóveis rurais de propriedade da Agência de Desenvolvimento do DF – TERRACAP teriam sido regularizados mediante fraude processual, com a utilização de documentos falsos e em desacordo com a legislação de regência.
2. A Unidade técnica entende pelo **cumprimento da diligência e arquivamento**.
3. Parecer do MPC/DF **convergente**.

Versam os autos sobre a Representação nº 13/2015 – G3P, do Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPCDF, com pedido de liminar, acerca de supostas irregularidades relacionadas à regularização de imóveis rurais de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP (peça 3).

2. Conforme se depreende dos autos, teriam sido beneficiadas pela celebração dos contratos de concessão de uso oneroso de imóvel rural as empresas Sigma Agropecuária Ltda., BSB Agropecuária Ltda., Agropecuária Brasília Ltda. e Sigma Radiodifusão Ltda, sem que fossem observaram as normas que regiam, à época, a questão relativa aos assuntos fundiários.

3. Por intermédio da Decisão 2510/15 (peça 14), o Tribunal concedeu a medida cautelar requerida, determinando à Terracap que suspendesse os efeitos dos contratos de concessão de uso dos imóveis, até ulterior deliberação plenária.

4. Posteriormente, por meio da Decisão nº 1636/2018 (peça 134), esta Corte julgou procedente a Representação quanto à existência de vícios na



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

regularização de áreas rurais públicas de propriedade da Terracap, a favor das referidas empresas, determinou a audiência dos responsáveis e a adoção de medidas à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF e à Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap.

5. Ultrapassadas as fases de razões de justificativas e recursos, esta Corte de Contas, na sua última assentada, exarou a Decisão nº 4801/2022 (peça 389), *verbis*:

*“I - tomar conhecimento:*

*a) das razões de justificativa acostadas às peças 189, 198, 224, 236, 237, 238, 239, 263, 264 e 274;*

*b) dos Ofícios SEI-GDF n.ºs 126/2018 - TERRACAP/PRESI/COINT e 328/2019 - TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (e-DOCs 1CFE96C1-c e 2BD965CD-c);*

*c) do Ofício n.º 603/2020 - SEAGRI/GAB (e-DOC 0AD5A097-c);*

*d) da Informação n.º 14/2021 – Digem1 (e-DOC 92CD1A9A-e);*

*e) do Parecer n.º 730/2021–G3P (e-DOC EF7EF0BD-e);*

*II - considerar:*

*a) com relação às diligências constantes do item III da Decisão n.º 1.636/2018, com a redação alterada pela Decisão n.º 3.880/2019:*

*1) superadas as falhas apontadas nos itens “III.a.4” e “III.b.3” da Decisão n.º 1.636/2018, relacionadas à “ausência de licença ambiental e outorga de uso dos recursos hídricos”;*

*2) não atendida pela Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - Seagri/DF e pela Terracap a determinação de adotarem “as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 45 da Lei Complementar n.º 1/1994, ante a inobservância da legislação de regência à época dos fatos, em especial, o art. 18 da Lei n.º 12.024/2009, o art. 346 da LODF, o Decreto Distrital n.º 34.931/2013, a Lei n.º 6.938/1981, a Resolução Conama n.º 237/1997 e a Resolução Adasa n.º 350/2006”, quanto aos Certificados de Legítimos Ocupantes n.ºs 273/2014, 272/2014, 296/2014 e 228/2014 e aos Contratos de Concessão de Uso n.ºs 326/2014, 328/2014, 344/2014 e 327/2014, respectivamente;*

*b) no que tange às audiências promovidas em atenção ao item IV da Decisão n.º 1.636/2018:*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

1) *procedentes as razões de justificativa apresentadas: i. conjuntamente, pelos Srs. Fernando Daminelli Araújo Mello, Nelson Marinho de Castro, Edson Garcia Cytrangulo, Luciano Rodrigues Fonseca e Felipe Nobrega de Galiza Filho (membros do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 32/2015 - Seagri/DF); ii. pela Sra. Danielle Borges Siqueira Rodrigues (membro do Conselho de Regularização de Áreas Públicas Rurais - COREG); iii. pelo Sr. Marcos de Lara Maia (membro do Conselho de Regularização de Áreas Públicas Rurais - COREG); iv. pela Sra. Maria do Socorro Marques Miranda e pelos Srs. Luiz Vicente Ghesti e Hélio Orides Dal'bello (membro do Conselho de Regularização de Áreas Públicas Rurais - COREG);*

2) *parcialmente procedentes, sem aplicação de multa aos responsáveis, as razões de justificativa encaminhadas: i. pela Sra. Maruska Lima de Sousa Holanda (Presidente da Terracap); ii. pelo Sr. Nazareno Alves Sobrinho (Chefe da AJL da Seagri/DF) iii. pelo Sr. Marcelo Pereira Tassinari (Diretor de Regularização e Administração Fundiária da Seagri/DF); iv. pelo Sr. Moisés José Marques (Relator dos requerimentos, membro do COREG e Diretor da Diretoria Extraordinária de Regularização de Imóveis Rurais da Terracap); v. pelo Sr. Francisco José de Brito Moraes (Subsecretário de Administração e Fiscalização Fundiária da Seagri/DF e Membro do COREG); vi. pela Sra. Fabrine Valadares Rocha (Gerente de Regularização Fundiária da Seagri/DF);*

3) *revéis, mas cujas razões de justificativa apresentadas pelos membros do COREG, no que concerne às circunstâncias objetivas, são-lhes aproveitadas: i. o Sr. Orlando Motta de Jesus (membro do Conselho de Regularização de Áreas Públicas Rurais – COREG); ii. o Sr. Celbe Berger Schultz (membro da Diretoria Colegiada da Terracap);*

4) *revel o Sr. Marco Aurélio Soares Salgado (Advogado-Geral da Advocacia e Consultoria Jurídica da Terracap - ACJUR/TERRACAP), deixando-lhe de aplicar sanção;*

***III - em razão do item “II-a.2” anterior, reiterar o item III da Decisão n.º 1.636/2018, com redação alterada pela Decisão n.º 3.880/2019, com o ajuste decorrente do item “II-a.1” precedente, determinando à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF e à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, em face das disposições constantes no “caput” do art. 277, “in fine”, do RI/TCDF, que adotem as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 45 da Lei Complementar n.º 01/1994, ante a inobservância da legislação de regência à época dos fatos, em especial, o art. 18 da Lei n.º 12.024/2009, o***



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

***art. 346 da LODF, o Decreto Distrital n.º 34.931/2013, a Lei n.º 6.938/1981, a Resolução Conama n.º 237/1997 e a Resolução Adasa n.º 350/2006, informando a esta Casa, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências implementadas quanto aos:***

***a) Certificados de Legítimos Ocupantes n.ºs 273/2014, 272/2014 e 296/2014 e os Contratos de Concessão de Uso n.ºs 326/2014, 328/2014 e 344/2014, relativos às empresas BSB Agropecuária Ltda., Sigma Agropecuária Ltda. e Agropecuária Brasília Ltda., respectivamente, por apresentarem os seguintes vícios: 1. imprecisão quanto à área rural efetivamente requerida; 2. ausência de comprovação do lapso temporal necessário para regularização; 3. apresentação de cessão de direitos com data anterior à constituição das empresas; 4. inexistência de elementos suficientes que demonstrem o cumprimento da finalidade social da propriedade e os demais objetivos previstos no art. 346 da LODF;***

***b) Certificado de Legítimo Ocupante n.º 228/2014 e Contrato de Concessão de Uso n.º 327/2014, atinentes à empresa Sigma Radiodifusão Ltda., tendo em vista: 1. a existência de dúvidas em relação aos documentos probatórios do direito de posse dos imóveis; 2. o fato de as atividades desenvolvidas não serem aptas a comprovarem agricultura/pecuária na propriedade no lapso temporal exigido;***

***IV - alertar o titular da Seagri/DF e o Diretor-Presidente da Terracap de que a reincidência no descumprimento de decisão do Tribunal, sem causa justificada, pode ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar n.º 01/1994.” (grifo nosso)***

6. Na atual fase processual, a unidade técnica analisou o cumprimento das diligências, e se pronunciou por intermédio da Informação nº 44/2023 – DIGEM2 (peça 501).

7. Inicialmente, destacou que a Seagri, por meio do Ofício nº 187/2023-SEAGRI/GAB (peça 466), encaminhou as Decisões nº 04/2023 (peça 463, p. 1), 05/2023 (peça 463, p. 2), 06/2023 (peça 463, p. 3), e 07/2023 (peça 463, p. 4), que anularam, respectivamente, os contratos de concessão de uso oneroso nº 344/2014, 328/2014, 326/2014 e 327/2014, com a respectiva publicação no DODF (peça 464).

8. Por sua vez, a Terracap, nos termos do Ofício nº 26/2023-Terracap/Presi/Coint/Diger (peça 483), apresentou as Decisões Colegiadas nº 145



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

(peça 487), 146 (peça 488), 147 (peça 489) e 148 (peça 490), que revogaram as autorizações anteriores, que permitiam a celebração dos contratos de uso para as empresas discriminadas.

9. Dessa forma, a área técnica entendeu pelo atendimento das diligências consubstanciadas no item III da Decisão nº 4801/2022.

10. Ao final, sugeriu ao e. Plenário:

*“I - tomar conhecimento:*

*a) do Ofício nº 187/2023-SEAGRI/GAB, da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF (Peça 466) e documentação anexa (Peças 458/465);*

*b) dos Ofícios n.º 26/2023 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (Peça 486) e n.º 52/2023 – TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER (Peça 491), da Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e documentação anexa (Peças 470/485 e 487/490);*

*c) da presente informação;*

*II - considerar integralmente cumprido o item III da Decisão nº 4801/2022;*

*III - autorizar:*

*a) a ciência desta informação, do relatório/voto do Relator e da decisão ser proferida à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF e à Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap;*

*b) o retorno dos autos à Segem/TCDF para as devidas providências e posterior arquivamento.”*

11. As sugestões foram acolhidas pelo Secretário de Controle Externo (peça 502), e mediante o Despacho Singular nº 266/2023-GCIM (peça 503), o Conselheiro Relator encaminhou os autos a este Órgão Ministerial para manifestação.

12. **É o que basta relatar. Passo a opinar.**

13. Com efeito, a presente fase processual se presta à análise da documentação encaminhada pelas jurisdicionadas, para o atendimento dos comandos expedidos na última deliberação plenária, no caso, a Decisão nº 4801/2022.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

14. Nesse passo, este Órgão Ministerial não levanta óbice às sugestões da unidade técnica, ante o comprovado cumprimento às determinações veiculadas no *decisum* em tela, se impondo o arquivamento deste feito.

15. Assim, no mérito, em cota singela, o Ministério Público de Contas **converge** com as sugestões ofertadas pela área técnica

É o parecer.

**DANILO MORAIS DOS SANTOS**  
Procurador